

MDHC/SNDCA

“CICLO DE DEBATES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DOS JOVENS: COM FOCO NO DIREITO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS”.

SENADO FEDERAL | Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).



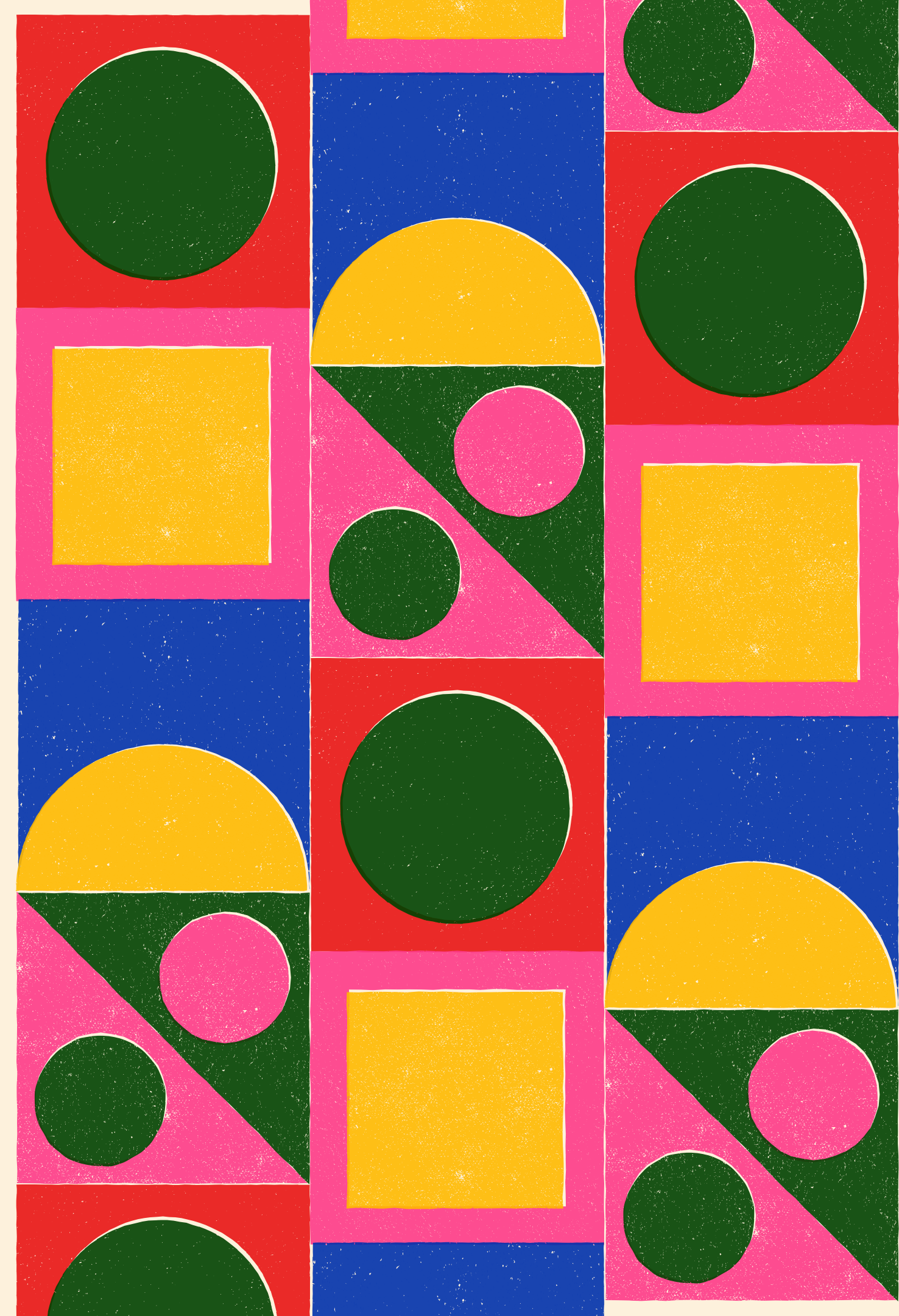
MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

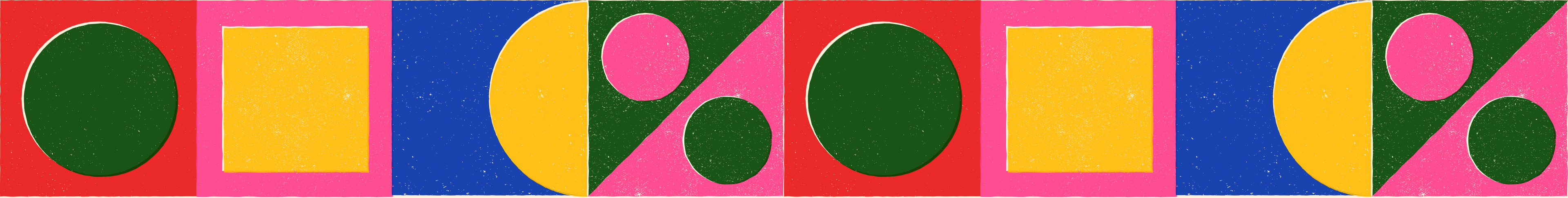
GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

SNCA

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), atua na **formulação, coordenação e articulação** de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa integral dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

Segundo o IBGE são **391 povos indígenas**. As crianças e adolescentes indígenas são grupos prioritários, presentes nas ações e políticas da SNDCA, que atua para garantir atendimento intercultural e humanizado a este público, buscando a garantia dos direitos dos povos originários.





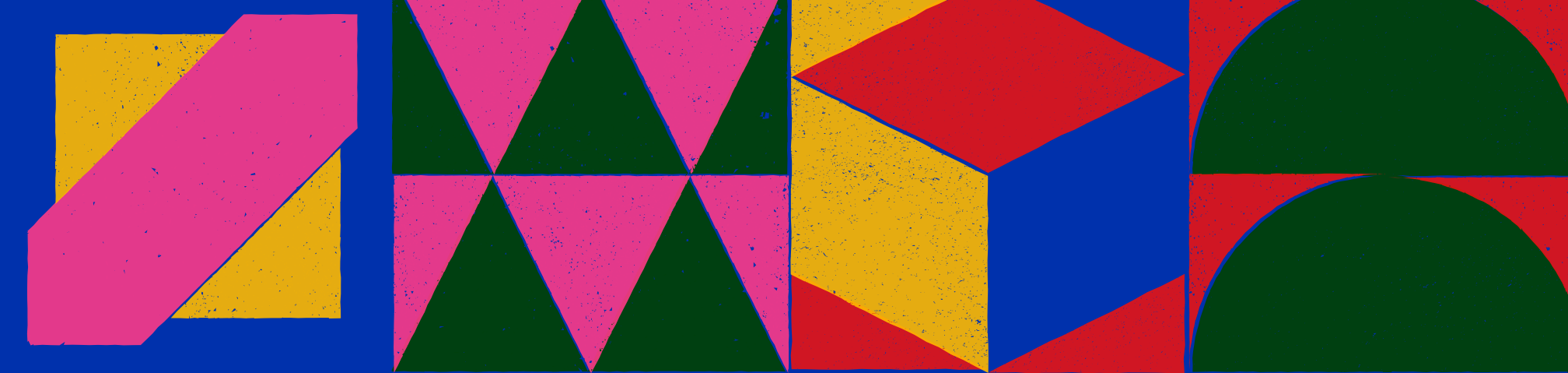
PLANOS E POLÍTICAS NACIONAIS QUE ESTRUTURAS A PROTEÇÃO

3 Novas Políticas Nacionais

- Política Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital
- Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente
- Política de Prevenção e Enfrentamento à violência letal de crianças e adolescentes

5 Planos Nacionais Atualizados

- Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente
- Plano Nacional Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
- IV Plano Nacional de Erradicação Trabalho Infantil
- Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo
- Plano Operativo para a Primeira Infância



1. Resolução CONANDA nº 253/2024 (10 de outubro de 2024)

Estabelece parâmetros para a adoção do direito à consulta e ao consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais no atendimento do SGDCA.

2. Resolução CONANDA nº 254/2024 (10 de outubro de 2024)

Estabelece parâmetros para o reconhecimento de práticas de atendimento de povos indígenas, quilombolas e tradicionais às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e a coordenação com as medidas institucionais do SGDCA.

3. Resolução CONANDA nº 273/2025 (03 de outubro de 2025)

Dispõe sobre parâmetros para a atuação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no contexto das mudanças climáticas, considerando riscos, eventos extremos, processos de evolução lenta, desastres e vulnerabilidades, conforme marcos normativos e técnicos nacionais e internacionais.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CONANDA)



AÇÕES ESTRATÉGICAS

- **Formação continuada:** Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em diálogo com indígenas;
- **Planos Nacionais:** Uma nova agenda de proteção à infância e adolescência;
- **Equipagem:** Equipagem para qualificação dos atendimentos e modernização dos espaços.



CAICY: Política inédita no país: abertura do Centro de Atendimento Integrado às Crianças Yanomami e Ye'kwana em Boa Vista/RR.



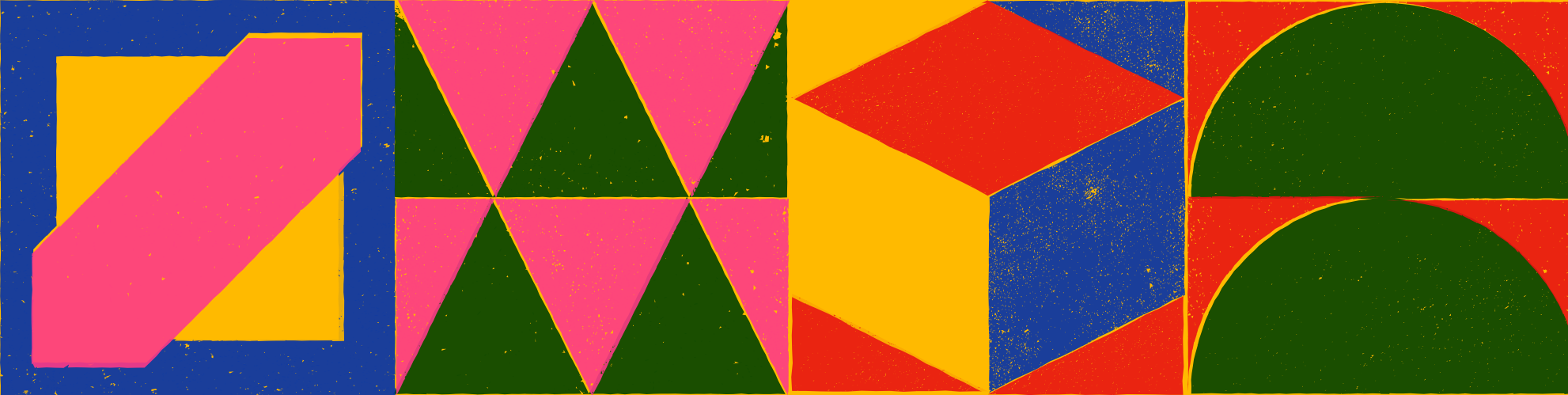
PPCAAM: Reestruturação intercultural das políticas de proteção às crianças e adolescentes indígenas.



SIPIA - CT: Atendimentos aos indígenas nos Conselhos Tutelares no Sistema de Informação para Infância e Adolescência.



SINASE: Abordagens interculturais, respeitando os direitos humanos e respeitando a diversidade étnica brasileira.



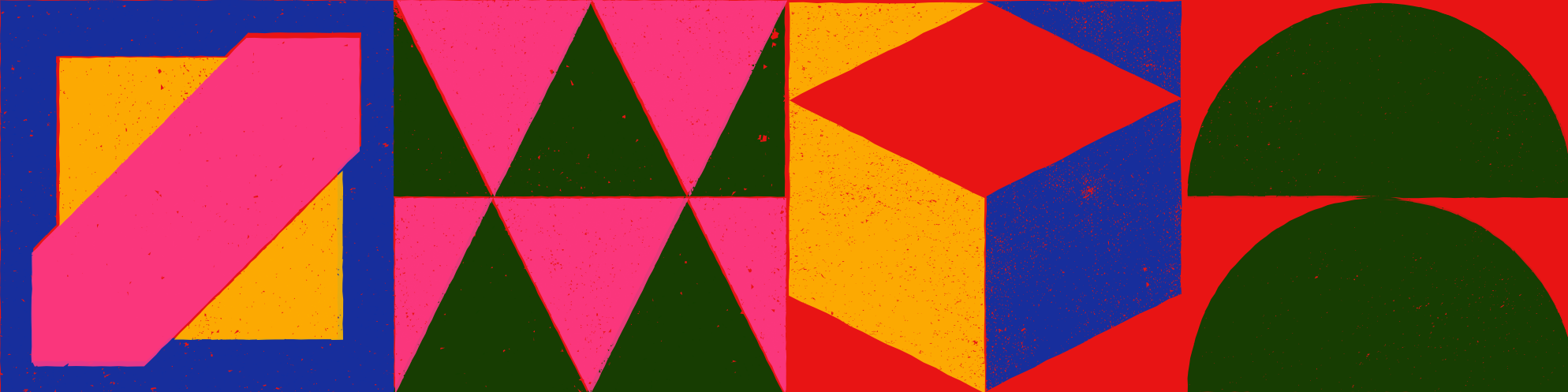
SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (SIPIA-CT)

VIOLAÇÕES DE DIREITOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
INDÍGENAS SIPIA CT

O Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) é uma ferramenta estratégica de gestão e monitoramento das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. No âmbito da SNDCA/MDHC, os módulos PPCAAM, SINASE e Conselho Tutelar (CT) permitem o registro, acompanhamento e análise de informações essenciais para a formulação, avaliação e aprimoramento das ações governamentais.

O módulo PPCAAM subsidia a gestão do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; o módulo SINASE apoia o acompanhamento das medidas socioeducativas; e o módulo Conselho Tutelar fortalece a atuação dos Conselhos Tutelares, contribuindo para a integração do Sistema de Garantia de Direitos e para a efetivação da proteção integral em todo o território nacional.

ANO	
2023	663
2024	591
2025	602
2026	146



No âmbito do Enfrentamento à Violência Letal contra Crianças e Adolescentes (EVLCA), o Programa Nacional de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) atua de forma articulada com 23 Programas Estaduais, garantindo proteção especializada a crianças, adolescentes e suas famílias.

A iniciativa é fortalecida pela adesão de 15 estados ao Projeto Família Solidária, consolidando a estratégia Vidas Protegidas como uma resposta efetiva do Estado brasileiro à violência letal, com foco na preservação da vida e na proteção integral.

PPCAAM

Construção de diretrizes metodológicas para a proteção de crianças e adolescentes indígenas em situação de ameaça de morte, no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

	C/A	Familiares	C/A Indígenas	Taxa Percentual
2023	236	302	05	2,12%
2024	485	510	08	1,06%
2025	492	569	11	2,2%
2026	243	160	16	6,58%



CAICYY

CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO
ÀS CRIANÇAS
YANOMAMI E YE'KWANA

Em atividade desde junho de 2025, CAICYY e CREDHYY, Centros do MDHC/FIOCRUZ em Boa Vista/RR, realizaram **668** atendimentos aos indígenas Yanomami e Ye'kwana, dos quais **191** atendimentos foram para crianças e adolescentes indígenas vítimas de violações de direitos humanos.

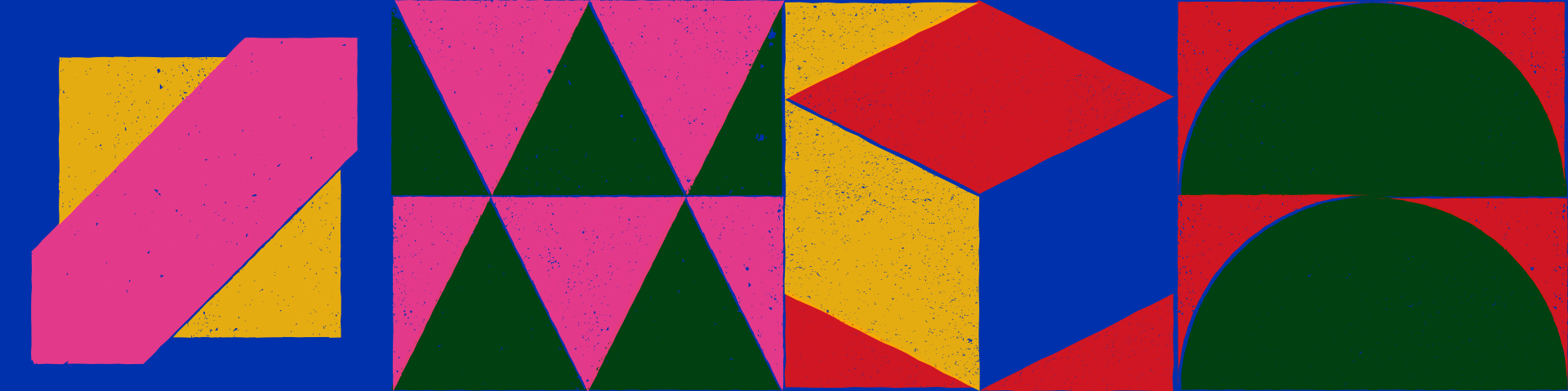
CAICYY foi criado na perspectiva da Lei da Escuta Protegida nº 13.431/2017.

Objetivo: Fortalecer a proteção integral de crianças e adolescentes indígenas em Roraima, oferecendo:

- Acolhimento humanizado;
- Escuta especializada e protegida;
- Atendimento integrado nas dimensões física, psicológica, social e jurídica.

O CAICYY atua em consonância com a Lei da Escuta Protegida, respeitando as especificidades culturais e linguísticas dos povos Yanomami e Ye'kwana, e evitando a revitimização.

Conta com equipe multiprofissional, incluindo profissionais indígenas e intérpretes, e desempenha papel estratégico na articulação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) com associações indígenas e organizações da sociedade civil.



A SNDCA/MDHC promove a mobilização e a participação social como eixos centrais da política de garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Por meio de Campanhas Nacionais, a Secretaria amplia a conscientização da sociedade, fortalece a prevenção de violações e incentiva o engajamento social na defesa dos direitos da infância e adolescência.

A atuação junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) assegura a participação democrática e o controle social das políticas públicas. Além disso, a SNDCA/MDHC coordena e integra Comissões Intersetoriais, como as de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do SINASE, promovendo a articulação entre políticas, setores e entes federativos para respostas mais efetivas e integradas.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E QUALIFICADA

- Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA)
- Escola Nacional de Conselhos (ENC)
- Escolas Estaduais de Conselho
- Escola Nacional da Socioeducação (ENS)
- Escolas Estaduais da Socioeducação



ENDICA

Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

6 (seis) cursos ofertados e voltados à promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes indígenas pela Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA).

Essas formações representam um avanço estratégico na qualificação de profissionais e gestores, ao incorporar uma abordagem intercultural que reconhece as especificidades dos povos indígenas, territórios, saberes e formas próprias de organização. Ao fortalecer capacidades institucionais com base no respeito à diversidade e na garantia de direitos, a ENDICA contribui diretamente para a construção de políticas públicas mais sensíveis, efetivas e alinhadas aos princípios da proteção integral, assegurando que nenhuma criança ou adolescente seja invisibilizado em razão de sua identidade ou pertencimento cultural.

1. Curso de Aperfeiçoamento (39h)

“Políticas Públicas relativas aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais e suas infâncias”

- Ano de realização: 2024
- Modalidade: Online
- Carga horária: 39 horas
- Público participante: 400 pessoas certificadas

Objetivo: Formar, em nível de aperfeiçoamento, profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), pessoas indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, bem como representantes da sociedade civil organizada que atuam na promoção, na proteção e no controle social dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

O curso teve como finalidade fortalecer o protagonismo dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e qualificar a atuação de agentes públicas/os, educadoras/es e demais interessadas/os no atendimento de crianças e adolescentes étnico-culturalmente diferenciadas.

Produto decorrente: **Ebook “Políticas Públicas relativas aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais e suas infâncias: perspectivas para o atendimento culturalmente adequado”.**



ENDICA

Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

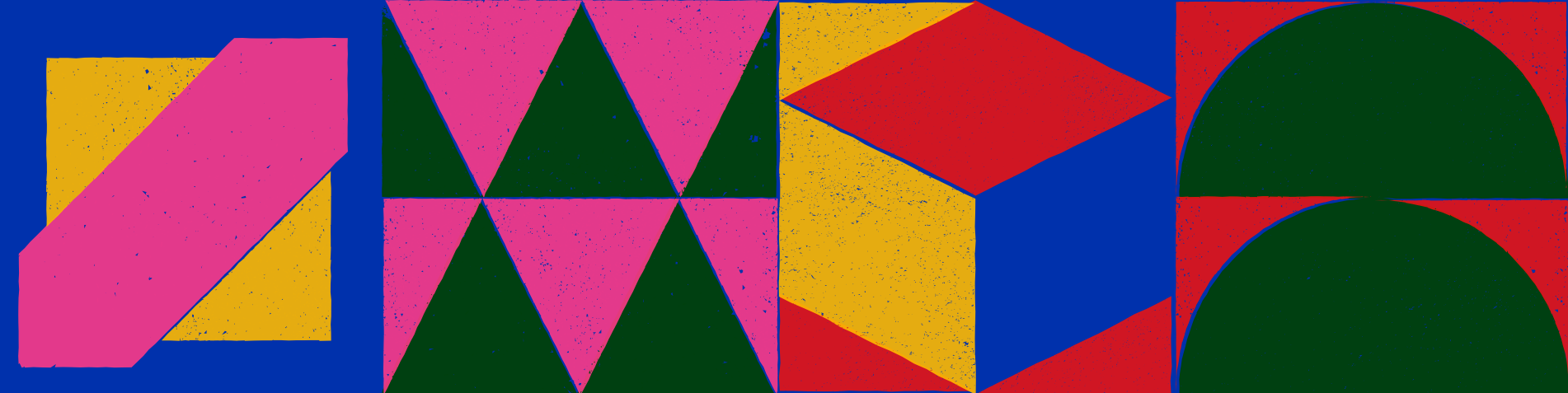
2. Curso de Aperfeiçoamento (39h)

“Povos Yanomami e Ye'Kwana: diálogo intercultural e estruturação de fluxos e protocolo para o atendimento às crianças e adolescentes/jovens”

- Ano de realização: 2024
- Modalidade: Online síncrono
- Carga horária: 39 horas

Público-alvo: Rede de atendimento Yanomami e Ye'Kwana do Amazonas e de Roraima, incluindo:

- Agentes locais e regionais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA);
- Conselheiros tutelares e conselheiros de direitos;
- Rede de atenção básica de saúde e do sistema educativo;
- Rede socioassistencial de proteção básica e especial;
- Órgãos do sistema de justiça (Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça);
- Polícias;
- Representantes das associações Yanomami e Ye'Kwana, entre outros.



3. Curso MOOC (45h)

Introdução aos Direitos de Crianças e Adolescentes Indígenas, Quilombolas e de Comunidades Tradicionais

- Ano de lançamento: 2024
- Modalidade: Online, assíncrono
- Situação: Curso disponível
- Carga horária: 45 horas
- Pessoas certificadas: 11.991

4. Curso de Extensão (90h)

Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais

- Ano de lançamento: 2024
- Modalidade: Online, assíncrono
- Carga horária: 90 horas
- Pessoas certificadas: 91



ENDICA

Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

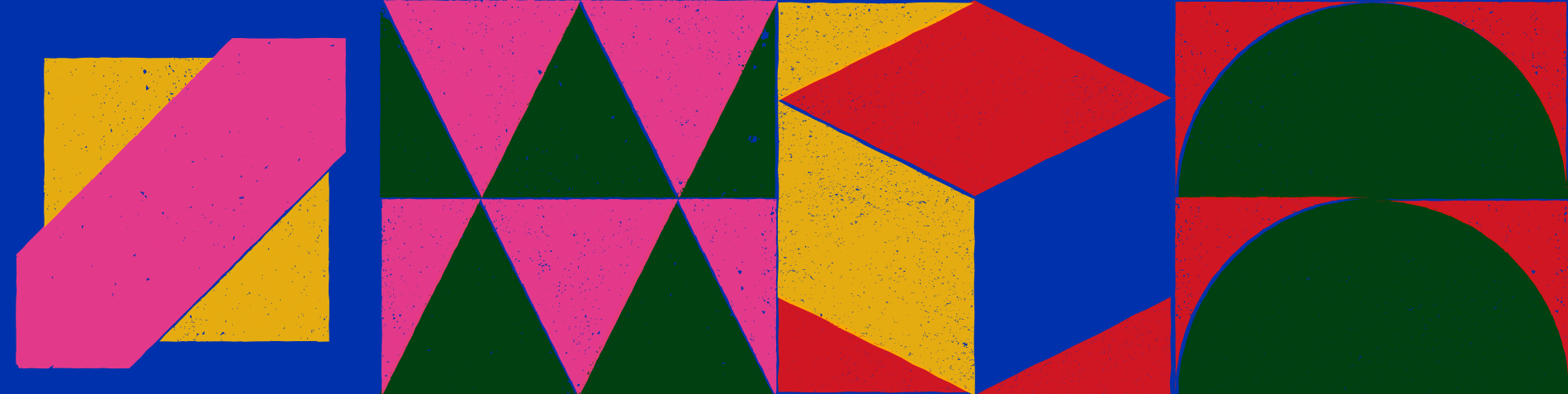
5. Curso de Extensão (60h)

Direitos de Crianças e Adolescentes Indígenas, Quilombolas e de Comunidades Tradicionais

- Ano de lançamento: 2026
- Modalidade: Online, assíncrono
- Carga horária: 60 horas
- Total de inscritos: 337
- Total de certificados: 111

Conteúdo programático:

- Doutrina da Proteção Integral e os desafios da interculturalidade nos direitos de crianças e adolescentes;
- Atendimento culturalmente adequado e diretrizes das Resoluções CONANDA nº 91/2003, nº 181/2016 e nº 2014/2018, além de normativas correlatas.



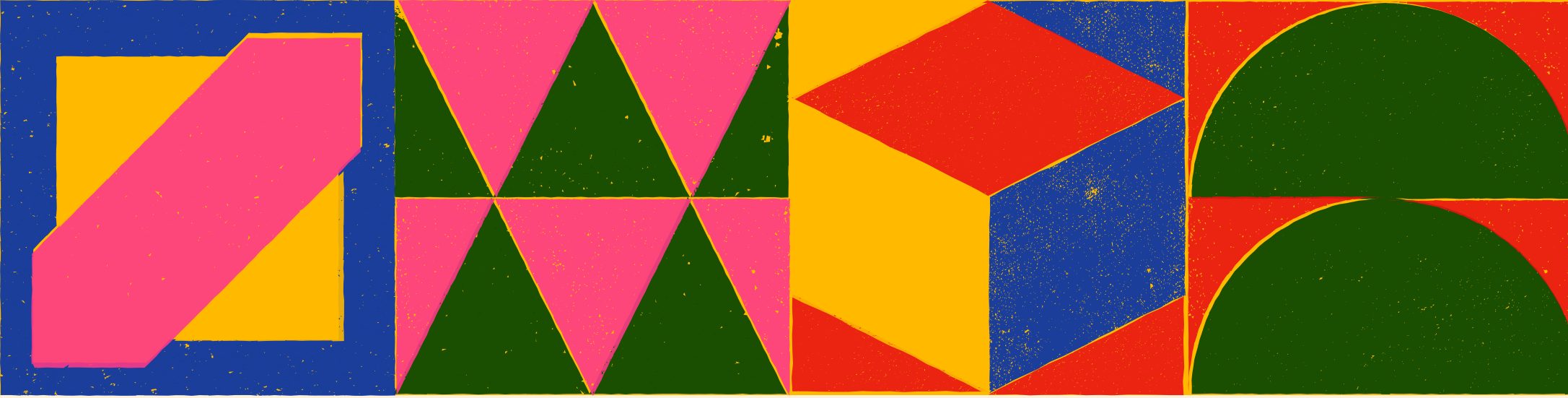
6. Especialização (360h)

Direitos de Crianças e Adolescentes, Interculturalidade e Mudanças Climáticas (EDCAIM)

- Ano de lançamento: 2025
- Modalidade: Educação a Distância (EaD)
- Carga horária total: 360 horas
- Participação:
- Total de inscritos: 1.095

Certificados: Etapa 1: 603; Etapa 2: 416; Etapa 3: 342; e Etapa 4: Em andamento

Caracterização do curso: Formação continuada voltada prioritariamente a profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a representantes de povos indígenas, quilombolas, povo Romani e comunidades tradicionais. O curso visa fortalecer capacidades para a promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes em contextos de desigualdades históricas e impactos das mudanças climáticas.



ENTREGAS ESTRATÉGICAS

Promotores Indígenas de Direitos Humanos (PIDH)

Parceria: União de Jovens Vicente Pinzon (UJVP) / PNUD

Descrição: Formação de 45 promotores indígenas de direitos humanos para atuação direta em suas comunidades na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Povos atendidos:

- Xavante (MG)
- Guarani Kaiowá (MS)
- Yanomami (RR)

A formação teve como base a compreensão da atuação integrada das instâncias do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

Mugü tũmaca' yiema bu'ãtagü rü
yiema ngewaca i yaetanü'üẽ rü
ngetüetanüe rü paetchaũgüe



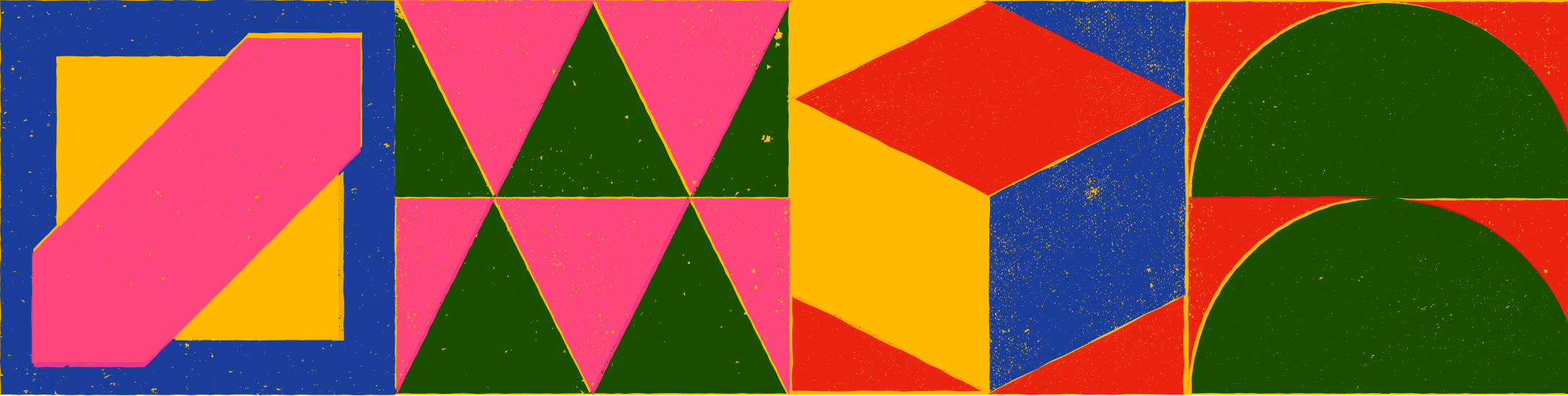
Organizadoras
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
Rozana Reigota Naves



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL





ENTREGAS ESTRATÉGICAS

Projeto Ticuna

- Tradução intercultural do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Estatuto da Juventude (EJUVE) para a língua Tikuna.
- Envolvimento direto da comunidade indígena, com docentes e estudantes indígenas da UnB na equipe de tradução.

Objetivo: Adequar as diretrizes legais à realidade sociocultural do povo Tikuna, garantindo o acesso à informação sobre direitos de crianças e adolescentes em sua língua nativa.

Entregas:

- Tradução do ECA e do EJUVE em Tikuna;
- Material ilustrativo, textual e audiovisual para difusão.

Mugü tũmaca' yiema bu'ãtagü rü
yiema ngewaca i yaetanü'üẽ rü
ngetüetanüe rü paetchaũgüe



Organizadoras
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
Rozana Reigota Naves



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL





Obrigado!



gab.sndca@mdh.gov.br